

Palácio Legislativo Água Grande

*Câmara Municipal*  
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

**PARECER Nº 001117**

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE**

Ao Parecer Tribunal de Contas nº **0001-2016**

Autor: **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

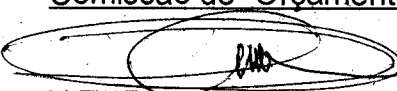
“Parecer Favorável do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, relativo às contas do exercício 2014 do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, processo TC-000309/026/14.”

A Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, reunindo seus membros nesta data, após ouvir os argumentos da nobre Vereadora Relatora, faz do competente Relatório o seu Parecer.

Portanto, esta Comissão emite **PARECER FAVORÁVEL** ao Parecer do Tribunal de Contas nº 0001-2016, referente ao processo TC-000309/026/14, ratificando a manifestação favorável à aprovação das contas administrativas do Executivo Municipal referentes ao ano de 2014, reservando ao Plenário a decisão final.

Palácio Legislativo Água Grande, 9 de fevereiro de 2017.


Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade:

  
**VITOR BINI TEODORO**  
Presidente da Comissão

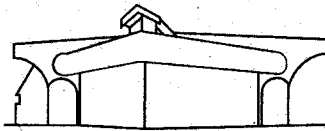
  
**SERGIO DONZETE FERREIRA**  
Vice-Presidente

  
**NEIDE APARECIDA TEODORO DE LIMA**  
Secretária e Relatora

CM Paraguaçu Paulista

Protocolo      Data/Hora  
22.825      09/02/2017 10:11:54  
Responsável: 

Plenário “Vereador Oscar Porfírio Neto”



Palácio Legislativo Água Grande

*Câmara Municipal*  
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

## **COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE**

Ao Parecer Tribunal de Contas nº **0001-2016**

Autor: **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Parecer Favorável do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, relativo às contas do exercício 2014 do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, processo TC-000309/026/14.

### **RELATÓRIO**

O Parecer referente ao processo TC-000309/026/14, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, bem como os anexos a ele vinculados, foram encaminhados a esta relatora para análise e Parecer quanto aos aspectos pertinentes.

Tal Parecer analisa as contas administrativas da Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista referentes ao período 01/01/2014 a 31/12/2014.

Em um primeiro momento, meados de 2014, o TCESP efetuou uma inspeção prévia *in loco*, denominada "inspeção concomitante", por meio dos Agentes de Fiscalização Financeira da Unidade Regional 4, cujo resultado consta do relatório contido às folhas de nºs. 13 a 24 dos autos do processo. Tal inspeção prévia visa localizar e corrigir possíveis desvios da administração dentro do próprio exercício corrente.

Após análise de tais resultados, o Diretor Técnico da unidade regional de Marília – UR-4 constatou algumas irregularidades e solicitou, por meio do ofício nº 121/14 (folhas 25-26), esclarecimentos e justificativas ao Chefe do Poder Executivo.

A manifestação escrita da Administração Municipal alusiva à inspeção concomitante encontra-se às folhas 29 a 32 dos autos e discorre sobre os tópicos do relatório prévio da fiscalização financeira.

Em um segundo momento, em meados de 2015, o TCE efetuou a inspeção de caráter definitivo junto à administração municipal, com relação às contas de 2014, cujo resultado e apontamentos constam do relatório elaborado pelos Agentes de Fiscalização Financeira contido às folhas de nºs. 52 a 103 dos autos.

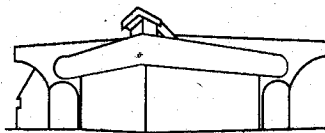
Com relação a este relatório definitivo, o Chefe do Poder Executivo juntou a defesa escrita, a qual encontra-se encartada às folhas 117 a 155 do processo.

Em momento posterior, a Assessora Procuradora – Chefe da

Plenário "Vereador Oscar Porfírio Neto"

Rua Guerino Matheus, 205 – Fone/Fax (18) 3361-1047 – Cx. Postal 135 – CEP 19700-000 – Paraguaçu Paulista (SP)

CNPJ 51.500.619/0001-04 – Website: [www.camaraparaguacu.sp.gov.br](http://www.camaraparaguacu.sp.gov.br)



Palácio Legislativo Água Grande

*Câmara Municipal*  
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

ATJ, analisou a defesa escrita com base no relatórios da Assessoria Técnica (fls. 158/165 e 169/175) e orientou a emissão de parecer **desfavorável** às contas em questão (fls. 176), encaminhando os autos ao Ministério Público de Contas para ciência.

O Ministério Público de Contas, com base nas conclusões das Assessorias Técnicas Especializadas e respectiva chefia, manifestou-se (fls. 177 a 179) pela emissão de parecer prévio **desfavorável** às contas de 2014, pelas seguintes razões:

B.1.1 – abertura de créditos adicionais com base em superávit financeiro anterior insuficiente e em excesso de arrecadação inexistente;

B.3.1 – não aplicação dos recursos totais do FUNDEB (99.79%), em inobservância ao disposto no art. 21, caput e § 2º, da Lei nº 11.494/07;

D.3.1 - irregularidades reincidentes no quadro de pessoal (dissonância com o art. 37, inc. II e V da CF/88 – falta de regramento para cargos em comissão e desvio de função; pagamento de horas extras contínuas e de adicional de insalubridade sem respaldo legal).

A manifestação do Secretário - Diretor Geral do TCESP, das fiscalizações feitas pelas UR-4 (folhas 52/103), da Assessoria Técnica Especializada e do Ministério Público de Contas convergiam para emissão de parecer desfavorável às contas, porém, como alegou o próprio MPC, a inconsistência de informações, falta de natureza formal ou ofensa a disposição legal, não impactaram isoladamente as Contas do Governo, nem resultaram dano ao erário, podendo sem somados para fundamentar o juízo negativo pelo Tribunal para emissão do parecer porém, não sendo questão crucial para esse fim.

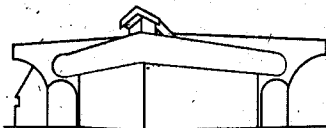
Analisadas todas as peças processuais, o Conselheiro Relator Josué Romero, por meio de relatório circunstanciado (fls. 213 a 230), manifestou seu voto pela emissão de parecer favorável às contas da Prefeitura Municipal de Paraguaçu Paulista, relativas ao exercício de 2014, recomendendo ao senhor Prefeito Municipal que:

- passe a apresentar as folhas salariais analíticas da educação ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB;
- adote políticas voltadas à retração dos elevados índices de mortalidade e de gravidez precoce observados no município;
- empenhe adequadamente os valores despendidos com publicidade e propaganda;
- reavalie a concessão de adicional de insalubridade observando a Norma Regulamentadora nº 15 do Ministério do Trabalho;
- restrinja o pagamento de horas extras ao limite definido na legislação de regência;
- observe as regras dos incisos II e V do artigo 37 da Constituição Federal;
- regularize a situação funcional dos servidores que possuem férias vencidas e atente para as instruções e recomendações deste Tribunal.

Plenário "Vereador Oscar Porfírio Neto"

Rua Guerino Matheus, 205 – Fone/Fax (18) 3361-1047 – Cx. Postal 135 – CEP 19700-000 – Paraguaçu Paulista (SP)

CNPJ 51.500.619/0001-04 – Website: [www.camaraaparaguacu.sp.gov.br](http://www.camaraaparaguacu.sp.gov.br)



Palácio Legislativo Água Grande

*Câmara Municipal*  
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

Ainda, o Relator aconselhou a Fiscalização verificar, na inspeção subsequente, se as medidas noticiadas pela origem corrigiram os desacertos detectados nos itens Lei de Acesso à Informação, Controle Interno, Despesas sob o Regime de Adiantamento e Execução Contratual, bem como examine a ocorrência de possíveis irregularidades nos repasses realizados pelo executivo à Liga Paraguaçuense de Futebol.

Por fim, o Conselheiro Relator acatou a proposta do Ministério Público de Contas e determinou a abertura de autos próprios para o exame das contratações diretas de médicos e de dentista pelo Executivo Municipal.

Dessa forma, em Sessão de 23/08/2016, a Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo emitiu **Parecer Favorável**, com advertências e recomendações, à aprovação das contas prestadas pela Administração Municipal, considerando como definitivos os seguintes resultados contábeis:

- Aplicação no ensino: 25,96%
- Despesas com o FUNDEB: 99,79%
- Magistério - FUNDEB: 78,07%
- Despesas com pessoal: 49,73%
- Aplicação na saúde: 28,21%
- Superávit orçamentário: 0,97%

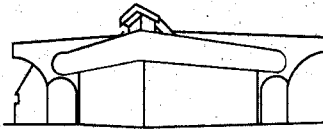
No que tange à competência, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo atua na fiscalização contábil, financeira orçamentária, operacional e patrimonial do Estado de São Paulo e de seus Municípios, bem como na das respectivas entidades de administração direta ou indireta e na das fundações por eles instituídas ou mantidas, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas.

De praxe, a coleta de informações pelo TCESP é efetuada mediante o sistema AUDESP, cujos dados são encaminhados àquele órgão via internet pelo órgão público, e também, mediante fiscalização anual *in loco* que dá origem à relatório próprio. Porém, o contraditório com relação às informações coletadas *in loco* é efetuado posteriormente, razão essa pela qual tal relatório contenha grande número de apontamentos.

Por esse motivo, da forma que transcorreu a análise das contas de 2014 e diante de toda a documentação encaminhada a esta Câmara Municipal, como relatora desta Comissão Permanente não encontrei vícios nem vislumbrei qualquer argumento plausível capaz de combater a manifestação de um órgão extremamente técnico e sério como o TCESP.

Diante de todo o exposto, avalio estar apropriada a manifestação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que sugere a aprovação das contas do Executivo Municipal na gestão 2014, com advertências e recomendações, sem prejuízo dos atos pendentes de apreciação.

Plenário "Vereador Oscar Porfírio Neto"



Palácio Legislativo Água Grande

*Câmara Municipal*  
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

### **VOTO DA RELATORA**

Analizados todos os aspectos que me competem, apresento meu **VOTO FAVORÁVEL** ao Parecer do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, o qual contém manifestação favorável à provação das contas do Executivo Municipal referentes ao ano de 2014, com advertências e recomendações, com exceção feita aos atos pendentes de apreciação pelo Tribunal.

Palácio Legislativo Água Grande, 9 de fevereiro de 2017.

  
**NEIDE APARECIDA TEODORO DE LIMA**  
Relatora